

## Antropologia outras e estudos feministas: alguns apontamentos iniciais

Tadeu Lopes Machado<sup>1</sup>

### Resumo

O projeto moderno de ciência se pauta na neutralidade para a produção do conhecimento. O feminismo ocidental enquanto teoria é um dos aportes que passa a contestar essa condição, elaborando um discurso político conjugado com o teórico. Dessa forma, o presente artigo dialoga com esse entendimento, pois além de ser epistemológico a ciência também é posicionamento político. No entanto, o trabalho também se baliza sob o entendimento de que há outras categorias de análises que dão conta de outras realidades dos feminismos e estudos de gênero. Aqui apontamos a decolonialidade como proposta de questionamento, ou superação dos limites dos paradigmas epistemológicos ocidentais em que o próprio feminismo eurocentrado se firmou. Dessa forma, a objetivo central do artigo se ancora na possibilidade de fortalecimento do discurso heterogêneo, periférico, anti-normativo, não-biologizante, não dicotômico e não essencialista sobre o gênero, capaz de confrontar para desconstruir qualificadamente as estruturas normativas imperialistas em que os estudos ocidentais se pautaram. O artigo foi construído a partir da análise de uma parte da bibliografia disponibilizada na disciplina “Antropologias Outras”, cursada no ano de 2018, bem como dos debates estabelecidos com os/as colegas naquele período em sala de aula.

Palavras-Chave: Feminismo decolonial; Decolonialidade; Gênero; Feminismo ocidental.

### Introdução

A ciência ocidental conduzida pela tradição greco-romana, e a partir da modernidade baseada em seus enfoques analíticos inspirados na onda positivista, submete para si o objeto de pesquisa e o procura entender a partir da objetividade como critério para o estabelecimento da verdade e se esforça em ajustar a teoria que fabrica para aplicá-la de forma homogênea em todos os espaços de sua atuação. Essa “doutrina científica imperialista” (JARDIM e CAVAS, 2017) admite a neutralidade como sua marca característica, a qual procura manter os marcos da ciência e da política como campos independentes entre si e não influenciáveis (WEBER, 1968).

Contudo, entendemos que o projeto da ciência ocidental não se concentra somente nos marcos acadêmicos, ele extrapola os limites do conhecimento neutro, uma vez que trabalha com possibilidades de intervir na realidade a partir da expansão do conhecimento construído nos centros metropolitanos. Portanto, a ação científica é também uma ação política, uma vez que sua atribuição não se sustenta somente na compreensão da realidade, mas também constrói saberes e práticas para ordenar o cotidiano. Isso podemos verificar no dia-a-dia da ciência ocidental, pois o pesquisador a partir de suas bases epistêmicas, metodológicas e teóricas escolhe um posicionamento para definir o rumo de suas pesquisas. E isso também é

---

<sup>1</sup> Doutorando em Antropologia pelo PPGSA/UFPA; Professor Adjunto I da Universidade Federal do Amapá. E-mail: [tlopesm@hotmail.com](mailto:tlopesm@hotmail.com)

comprovável na atuação da ciência como uma das forças de manipulação do colonialismo eurocêntrico.

O estudo de gênero, construído inicialmente por dentro da sociedade ocidental, demarcado aqui nesse artigo pelos debates feministas, passa a reivindicar o espaço da ciência não só como atributo acadêmico, mas também político, onde dialoga com a realidade e propõe intervenções a partir de critérios de engajamento subjetivo com os sujeitos da pesquisa, evidenciando uma nova possibilidade de entender a ciência e sua importância para o meio social em que se encontra. Esses estudos críticos a partir da epistemologia ocidental proporcionou um olhar diferente sobre o conhecimento científico, indicando que haveria problema na sociedade ocidental em função do ajuste do conhecimento e das práticas sociais em geral a um esquema patriarcal, que percebe a mulher em segundo plano e a submete segundo seus parâmetros de construção do outro (BEAUVOIR, 1980).

A ciência ocidental, portanto, se constituiu como um campo exclusivamente composto pela presença branca e masculina. Os estudos feministas representam uma das forças de contestação desse cenário, o que favoreceu a possibilidade de revisá-lo e ampliar seus espaços para que a presença feminina fosse aceita.

A trajetória do feminismo muito ajudou a aprofundar os estudos sobre as mulheres em perspectivas diversas. Porém, o acúmulo teórico elaborado por esse feminismo ocidental não foi capaz de questionar as posições e os papéis femininos exercidos para além da Europa a partir da colonização. Nesse sentido, a perspectiva decolonial pode assumir a tarefa de enveredar uma reflexão que dê conta de outras características e categorias da mulher em espaços para além dos eixos “centrais” do conhecimento.

A proposta lançada aqui nesse artigo é analisar o debate decolonial enfatizando a importância das mulheres nesse diálogo. Trago para esse debate a proposta teórica da pensadora argentina Maria Lugones, falecida recentemente, a qual propõe um aprofundamento na análise e no rompimento com a colonialidade do gênero.

Embora o chamado “feminismo decolonial” ainda seja uma proposta de análise relativamente recente na academia e nos demais espaços de intervenção política, assim como toda perspectiva decolonial ainda luta para ter seu espaço reconhecido mesmo nos países colonizados, reconhecemos a necessidade de avanço teórico que, senão ultrapasse os arquétipos sustentados pela ciência ocidental, ao menos consiga fazer o contraponto de seus argumentos, e assim consigamos entender que há possibilidade na construção de uma ciência localizada, dito de outra forma, construída a partir da lógica epistemológica dos “subalternizados”.

Esse artigo se divide em três partes. Posteriormente a essa breve introdução, há também uma breve reflexão sobre o feminismo ocidental, trazendo uma análise sobre a antropologia das mulheres. A ideia é entender, mesmo que suscintamente, como se estrutura o pensamento feminista a partir das bases teóricas e epistemológicas ocidentais. Logo após é proposto também uma reflexão sobre os estudos decoloniais, seus objetivos, suas percepções, suas críticas e reivindicações. Por último é tecido um posicionamento a partir do diálogo com alguns/mas autores/as a respeito do “feminismo decolonial”, que busca se firmar como uma proposta para além de uma escola teórica, mas principalmente como um compromisso político com as mulheres subalternizadas pelos diversos processos de colonização a que foram/são submetidas.

O presente artigo é fruto de uma reflexão teórica a partir do contato com algumas bibliografias que tive acesso na disciplina “Antropologias Outras”, cursada na pós graduação em Sociologia e Antropologia em 2018 na Universidade Federal do Pará (UFPA), bem como com os debates travados em sala de aula, o que instigou ainda mais a busca pelo entendimento e a compreensão da importância dos estudos e teorias feministas outras nas ciências sociais. Portanto, a presente análise se ancora numa proposta de entender a importância e o papel da antropologia nos debates acerca dos estudos feministas, destacando a necessidade de compreender a emergência de “outros feminismos”, aliados a “outras antropologias”.

## **1. Feminismo ocidental e antropologia das mulheres: questões preliminares**

Em cada uma das fases das três ondas iniciais do feminismo havia reivindicações diferentes sobre o papel, o lugar e a agência das mulheres na sociedade. No primeiro momento a reivindicação se dava em virtude da participação no sufrágio universal; no segundo a luta se construía em torno da liberação da mulher e dos direitos sexuais; já na terceira onda, a reivindicação se construía em torno do reconhecimento da diversidade e da diferença.

Portanto, o feminismo ocidental se destaca por trazer não apenas uma contribuição teórica para dentro da ciência, mas também por desvelar sua característica política. Nesse aspecto o marxismo deu uma contribuição relevante. De acordo com Franchetto, Cavalcanti e Heilborn (1981, p. 15), o feminismo como movimento social surge na segunda metade do século XIX, mas como apreensão intelectual ele aparece nos escritos de Engels, em 1884.

Isso é marcadamente importante para o estabelecimento de novos critérios analíticos para a tarefa epistemológica, que se organiza na/para a prática. Esse giro por dentro da própria ciência ocidental só se torna possível a partir do reconhecimento de que a mulher, grosso

modo, é percebida de acordo com duas visões dentro da organização social ocidental. As duas visões estão vinculadas a partir da opressão: uma que aponta a mulher como subordinada naturalmente, a outra compreende a mulher subordinada pela perspectiva da luta de classes (FRANCHETTO; CALVALCANTI; HEILBORN, 1981, p. 07).

De acordo com Camila de Magalhães Gomes (2018, p. 66) com a adoção por parte do movimento feminista da utilização de “gênero” como categoria no campo político e teórico, colocando essa proposta e estratégia categórica como substitutivo de “sexo”, marca uma posição importante para desatrelar a compreensão do determinismo biológicos e do dimorfismo sexual (homem e mulher). Dessa forma, o gênero é uma categoria que passa a ser entendida socialmente construída. E isso leva a problematizar a posição da mulher na sociedade, ou mais do que isso, problematizar o “ser mulher”.

Portanto, os marcos do feminismo ocidental levam-nos impreterivelmente para uma reflexão da posição da mulher na sociedade, e entende que essa posição não é natural, mas construída e elaborada pela própria sociedade em que a mulher está inserida. Nesse rumo, Marilyn Strathern defende que “refletir sobre o lugar das mulheres na sociedade leva a questionar o fundamento da própria sociedade, e essa indagação é marcada pelo conceito altamente carregado de patriarcado” (STRATHERN, 2006, p. 70).

Sob a novidade do movimento feminista, de trazer luz sob a perspectiva feminina e as lutas emancipatórias que se fortaleceu, Marilyn Strathern compreende que a inspiração feminista na antropologia não permite somente uma nova forma de escrever sobre mulheres e homens e suas relações, mas permite principalmente que se escreva de forma renovada sobre cultura e sociedade (STRATHERN, 2006).

Contudo, Strathern (2006) também aponta que o debate feminista tem muito menos interesse na relatividade dos pontos de vista. A pesquisa feminista, segundo a percepção da autora, não busca continuamente novas conceitualizações sobre a vida social, busca apenas uma, que seria aprofundar a caracterização dos espaços sociais a partir da perspectiva patriarcal e de opressão (STRATHERN, 2006). Isso impediria que as diversidades de condições fossem levadas em consideração especificamente nas análises da pesquisa antropológica.

Mas é inegável o avanço que as teorias feministas promovem, construindo a face teórica e política nos estudos da antropologia da mulher, possibilitando contornos relevantes para entender que a posição da mulher entendida como oprimida em função do patriarcado é algo construído pela sociedade ocidental.

Sherry Ortner (1979) define como universal a posição secundária da mulher, podendo variar em algumas características culturais particulares e específicas. Para entender essa

desvalorização universal feminina, Ortner (1979) utiliza duas categorias ocidentais, cultura e natureza, para demonstrar como ousou-se construir a relação entre o homem e a mulher de uma forma generalista, sendo que o homem é representado pela primeira e a mulher pela segunda categoria respectivamente. Dessa forma, a mulher está em posição hierarquicamente inferior ao homem, devendo ser dominada, da mesma forma que a natureza está submetida à cultura. À mulher cabe o papel de conduzir os afazeres domésticos, cuidar dos filhos pequenos até que tenha consciência da vida para então passá-los aos cuidados do pai. Nesse aspecto a mulher seria mediadora de sua prole entre a natureza e a cultura.

A submissão das mulheres na sociedade ocidental é caracterizada no feminismo pela opressão feminina. Segundo Simone de Beauvoir (1980), a opressão é uma característica singular e universal da mulher. A melhor analogia para abordar esse aspecto, segundo a apreciação de Beauvoir, seria sua comparação com a situação do proletariado na luta de classes, uma vez que para S. Beauvoir, a noção de repetição da vida e sua reprodução, entendida como uma única tarefa autêntica da mulher é a caracterização da opressão do ser feminino (FRANCHETTO, CAVALCANTI e HEILBORN, 1981).

Na história da antropologia percebemos algumas narrativas que destacam a questão hierárquica sexual que afugentam a mulher à posição subalterna, mesmo mencionando a matrilinearidade nas atividades públicas e familiares. Esse é o caso, por exemplo, de Bronislaw Malinowski (1983), o qual destaca que na sociedade trobriandesa “as mulheres são incumbidas de realizar trabalhos menos importantes” (MALINOWSKI, 1983, p. 55).

Contudo, Franchetto, Cavalcanti e Heilborn (1981) apontam que no sistema trobriandês estudado por Marcel Mauss, ao trabalhar com a categoria de dádiva como uma criação e reafirmação de laços de reciprocidade que qualificam o social, a troca de mulheres, também estudada por Lévi-Strauss, pode significar que as mulheres são personagens condutoras e não simplesmente parceiras na relação que se forja (FRANCHETTO, CAVALCANTI e HEILBORN, 1981, p. 29).

A opressão só teria significado no interior do sistema que o produziu. Dessa forma, para a antropologia essa categoria passa a ser entendida como um conceito moderno, historicamente determinado, e teriam alguns impasses ao ser transportado como hipótese para a história da humanidade em geral. Isso se dá pelo fato de se buscar desconstruir a ideia da unicidade da mulher, enquanto gênero universal, e desenvolver o entendimento de que há uma pluralidade de mulheres (FRANCHETTO, CAVALCANTI e HEILBORN, 1981).

Portanto, há necessidade de encarar a delimitação singular da mulher, construída a partir de uma cultura localizada, que possa dar conta de entender as características e

construção do gênero feminino a partir de outras possibilidades, de outras epistemologias. Como característica das reviravoltas que a concepção sobre gênero teve ao longo de sua trajetória dentro do movimento/teoria feminista, Judith Butler (2003) destaca três percepções que fizeram com que houvesse outros posicionamentos em torno desse tema, quais seriam: a crítica das feministas negras, o posicionamento do transfeminismo e a teoria *Queer*.

Apresentamos também a partir dos tópicos seguintes a compreensão do olhar decolonial para entender esse debate em outros locais fora do eixo ocidental. Antes de pontuar o “feminismo decolonial” julgo necessário apresentar, mesmo que de forma sucinta, algumas características dos estudos decoloniais, para então situar no debate de gênero.

## 2. Decolonialidade e outras antropologias

A proposta dos estudos decoloniais se ancora na possibilidade de uma tendência de entendimento da realidade fundamentada no rompimento com o colonialismo, o qual estruturou a organização social das colônias europeias a partir da submissão e subalternização dos indivíduos colonizados. De acordo com o entendimento de Walter Mignolo (2008), a opção decolonial se caracteriza por uma “desobediência epistêmica”, a qual requer uma crítica e um aprofundamento teórico capaz de superar os limites de todas as tendências e linhas teóricas criadas no ambiente eurocêntrico, inclusive as pós-coloniais e pós-modernas, pois até essas estão inseridas em seu fundamento aos jogos categoriais imperiais greco-romanos (MIGNOLO, 2008).

Portanto, segundo a noção de Mignolo (2008), a opção decolonial é epistêmica. Isso quer dizer que é uma atitude que se compromete romper com as bases teóricas que são fundamentais para a formulação de conceitos que historicamente construímos como se fossem nossos. Mas essa postura não pode levar a um rompimento completo com a tradição ocidental. Ou seja, Mignolo não ignora ou orienta ignorar por completo as tramas teóricas do ocidente. A pretensão do autor é separar o entendimento geográfico e político que ocorreu nos últimos cinco séculos na história imperial do que ocorreu e ocorrem nas sociedades que foram racializadas a partir da colonização europeia. Portanto, para Walter Mignolo a decolonização do pensamento passa inicialmente pela necessidade de “aprender a desaprender” (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Segundo a análise de Roberto Cardoso de Oliveira (1998) sobre o caso brasileiro, a antropologia do Brasil apresenta descontinuidades óbvias com a tradição histórico-cultural das civilizações aqui presentes antes da invasão colonial. Essa antropologia que costumamos produzir se fundamenta especificamente na tradição acadêmica dos grandes centros do



mundo, Europa e Estados Unidos. E nesse caso o autor aponta um desafio para as antropologias periféricas, que seria se desfazer de uma imposição do Estado nacional que subjuga a disciplina a partir de características de subordinação e que não investe numa proposição epistemológica própria (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998).

Nesse sentido, Mignolo compreende como indispensável não produzir outro tipo de conhecimento que possa ser considerado como essencialista, e para isso ele aponta a possibilidade de evitar o fundamentalismo ocidental como também o não-ocidental através de uma “epistemologia de fronteira” ou “pensamento de fronteira” (MIGNOLO, 2008, p. 297).

Contudo, mesmo admitindo que seja necessário dialogar com o conhecimento acumulado a partir das epistemologias ocidentais, Jardim e Cavas (2017, p. 86) entendem esse pensamento de fronteira como uma epistemologia construída a partir das “bordas” e não do centro. O marco geográfico aqui é importante para entender que a ciência decolonial que se propõe é conduzida pela construção da “teoria a partir da periferia” e não do centro hegemônico como costumamos apreender. Portanto, são outras possibilidades de entendimento existentes no mundo que podem conduzir a ciência para outro rumo.

Em se tratando da América Latina as ondas de colonização não se restringem ao período conhecido ainda em muitos livros de história como “descobrimento do Novo Mundo”, eles vão além e ainda nos dias atuais estão presentes, o que leva a entender que o colonialismo persiste como uma estrutura enraizada por um mecanismo de poder infiltrado em nossa sociedade.

Contudo, sempre houve capacidade interna de entender e enfrentar essa situação de colonialismo a partir de um viés crítico e ofensivo. Walter Mignolo (2008) advoga que, mesmo na progressiva instauração de concepções coloniais no pós guerra, sempre houve movimento de contestação e de desobediência, que buscavam refletir criticamente as manobras introduzidas nos países do Sul. Segundo o autor, na América do Sul os projetos de desenvolvimento foram enfrentados pela oposição conduzida pela teoria da dependência e a teologia e filosofia da libertação. Depois, com as teorias do desenvolvimentismo, as lutas e organizações indígenas se destacam no enfrentamento, principalmente nas regiões andinas (MIGNOLO, 2008).

Myriam Jimeno (2007) ao descrever as fases da história da antropologia na Colômbia, pontua que a segunda fase dessa história pode ser identificada como “uma antropologia militante”, que procurou romper internamente com a ciência objetiva e neutra, e que por sua vez se deu também por influência das teorias críticas marxistas, mas principalmente pela possibilidade de repensar criticamente a relação de poder da sociedade nacional para com as

populações indígenas. Dessa forma, alguns antropólogos passam a entender que esse caminho faria com que houvesse transformação nessa relação marcadamente colonial.

Mauricio Caviedes (2007) indica que a partir de 1980 um movimento de solidariedade com os povos indígenas surgiu com força na Colômbia, e esse também fez com que as bases teóricas da antropologia fossem questionadas, e as relações dos pesquisadores de fora também sofressem alguns questionamentos críticos de ruptura. Mas nesse cenário, Caviedes pontua que a antropologia deve pautar sua postura metodológica a partir de um “trabalho etnográfico coletivo”, que reúna antropólogos e indígenas, e assim a antropologia se constrói como um “conhecimento apócrifo”, que não tem um autor, mas é forjada pela colaboração de todos os envolvidos no conhecimento construído” (CAVIEDES, 2007, p. 34-35).

Joane Rappaport (2007) também entende que, muito mais que coletar dados, o campo deve ser um espaço de construção de um processo de interpretação coletiva. A co-teorização nas etnografias é a marca fundamental da etnografia em colaboração. E isso só aparece quando a importância no campo também surge com todos os seus detalhes, recursos, negociações, durante a escrita (RAPPAPORT, 2007, p. 203-204). Portanto, em um movimento que busque a descolonização do pensamento e dos demais atributos a que o Sul foi submetido, é importante repensar a forma como acostumamos construir nosso conhecimento.

Segundo Rappaport (2007) é essa co-teorização que sustenta a autoridade etnográfica. Portanto, para essa autora, qualquer movimento que represente apropriação dos conhecimentos alheios, mesmo que consiga fazê-lo na essência, não terá legitimidade se este não for assinado em co-autoria com os próprios donos desse conhecimento, já que como investigadores de fora os antropólogos não têm a autoridade para representar um conhecimento que é alheio, reforçando as práticas coloniais de subalternização do outro (RAPPAPORT, 2007, p. 219).

No entendimento de Esteban Krotz (2006), a partir dos anos sessenta, setenta e oitenta, também influenciado pelos casos violentos de descolonização da África e Ásia, começou-se a arrancar as raízes da chamada antropologia difundida nos países originários, fazendo com que os nativos pudessem tomar a frente na condução de suas propostas científicas vinculadas à realidade do terceiro mundo, criando cursos de graduação e também diversas publicações em livros e revistas (KROTZ, 2006).

Na percepção de Gustavo Ribeiro e Arturo Escobar (2008), esse movimento de resistência aponta para a possibilidade de buscar construir uma “era pós-antropológica”, que se configura com uma crítica a uma antropologia universal, clássica, que está engajada em



perpetuar a tradição ocidental e colonizadora. Essa prática “pós-antropológica” se caracteriza como um movimento inclusivo e participativo, que perturba quem não pensa dessa forma (RIBEIRO e ESCOBAR, 2008, p. 12).

Essas antropologias, também identificadas como “antropologias segundas” (KROTZ, 2006), ou “antropologias periféricas” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998) apontam, portanto, para uma diferenciação profunda com relação às produções hegemônicas. Myriam Jimeno (2007) entende que um dos imperativos para que as produções em locais periféricos sejam diferenciadas dos centros do conhecimento ocidental, são as condições sociais estabelecidas nesses locais, já que os próprios pesquisadores autóctones estabelecem uma relação com seu meio diferente das historicamente relações estabelecidas pelos pesquisadores de fora.

Essa relação diferenciada do pesquisador com o meio em que atua com sua pesquisa faz com que haja um profundo e crítico questionamento sobre o sentido social e político desses intelectuais da América do Sul, isso porque os questionamentos estão presentes principalmente de fora para dentro, como pressão das populações, mas também dos próprios pesquisadores, os quais fazem parte do mesmo contexto social dos pesquisados (JIMENO, 2007).

Dessa forma, com o olhar conduzido por uma experiência subjetiva capaz de perceber os fatos por outro ângulo de entendimento, as “antropologias segundas” são produzidas de acordo com a condição social em que está imersa, e isso por si só já é fundamental para apontar outro horizonte para a construção de outras teorias antropológicas.

Assim, Jimeno (2007) indica que há necessidade de construção de uma antropologia “naciocêntrica”. Isso significa dizer que a antropologia constrói uma característica adquirida a partir de seu contato com os aspectos locais da nação. E não adquire somente aspectos conceituais genéricos, mas principalmente privilegia em suas reflexões as lutas por valorização, reconhecimento, visibilização e participação dos setores da sociedade que historicamente foram/são excluídos e têm menores recursos (JIMENO, 2007).

Isso é, portanto, uma característica de politização da antropologia, e partindo dessa possibilidade, Luis Guillermo Vasco (2007) compreende que a ciência e a investigação não podem ter um fim em si mesmas, elas são instrumentos para mudar o mundo.

Essa posição da ciência foi administrada pelo ocidente para que o conhecimento epistemológico ocidental não fosse passível de questionamentos. Portanto, o padrão neutro, insensível e indiferente da ciência se configurou como princípios elementares da construção da verdade. Contudo, é importante entender que essa verdade é fabricada por esse tipo de conhecimento e imposta pelo ocidente através do colonialismo.

Segundo ainda Vasco (2007), especificamente sobre a antropologia na América Latina, ousou-se assegurar que por muito tempo os indígenas não eram capazes de entender sua própria realidade, ficando na responsabilidade do antropólogo de explicar e entendê-la. E dessa forma, a ciência ocidental continuava a reafirmar o estatuto de legitimidade como único saber que se apropria da verdade, porque possui os métodos e as técnicas, assim como a teoria, adequadas para entender qualquer realidade que pesquisa.

Portanto, Vasco propõe que se construa uma antropologia comprometida com outras perspectivas de entendimento do local do outro. Para isso o autor advoga que só poderá haver elaboração de outras possibilidades teóricas e metodológicas na antropologia na prática, onde serão elaborados “conceitos na vida cotidiana”, “no próprio fenômeno”, uma vez que não se pode envolver todos os povos indígenas na mesma perspectiva de pesquisa (VASCO, 2007, p. 37-42).

A partir da construção de outras possibilidades e realidades epistemológicas para a condução de outras formas de estruturar o pensamento, podemos também compreender a necessidade de construir outras possibilidades de entender o gênero, de tal forma que possa se desfazer do essencialismo eurocêntrico, combinado com a possibilidade de enquadrar o gênero em recorte universalista. No próximo ponto desse artigo o objetivo é trazer um breve apanhado decolonial sobre o gênero para podermos entender como está sendo conduzido esse debate a partir de outras antropologias.

### **3. O gênero no debate decolonial**

O chamado “feminismo decolonial” se estrutura a partir de uma severa crítica ao feminismo ocidental, principalmente pelo fato de que este concentra sua atenção e seu recorte em todas as suas fases no androcentrismo e no patriarcado como únicas possibilidades de dominação das mulheres. Essa atuação desse “feminismo elitista” (BALLESTRIN, 2017), que silencia (intencionalmente ou não) perante outras realidades de opressões que fogem da compreensão hegemônica do gênero, que é universalista, ocidental, branco, eurocêntrico e de Primeiro Mundo, atua na produção de conhecimento a partir de uma perspectiva impermeável e que não dá espaço para a colaboração dos feminismos subalternizados.

Sustentando que o feminismo ocidental se construiu como uma onda dentro da própria ciência, mas que não deu conta de questões particulares sobre as mulheres localizadas especificamente em situação colonial, o feminismo decolonial propõe “uma onda contra a onda”, que possa fazer o contraponto à ideologia patriarcal que foi transportada para as

colônias para sustentar o colonialismo através da manutenção e do entendimento das relações de gênero conforme postulado na sociedade ocidental (JARDIM e CAVAS, 2017, p. 85).

A partir de um dos pilares da reflexão decolonial proposto por Aníbal Quijano (2005), que entende que a invenção da racialização foi o principal fundamento de sustentação colonial, María Lugones (2008) reafirma a denominação “mulheres de cor, ou feminismo de cor”, que é uma denominação criada pelas mulheres subalternas nos Estados Unidos como forma de unificá-las, e assim atualizar e sustentar a crítica ao feminismo hegemônico que ignora a intersecção entre raça/classe/sexualidade/gênero. Dessa forma, no entendimento de Lugones (2008), além de investir forças para demarcar território nas concepções de poder, saber e ser, o colonialismo também evocou/evoca movimentações para demarcar sua habilidade em colonizar também o gênero, imputando aos colonizados o “sistema moderno/colonial de gênero” (LUGONES, 2008, p. 75).

Há um vazio na discussão teórica do colonialismo a respeito do gênero como uma categoria de dominação construída pelo próprio colonialismo e que, portanto, sempre esteve à serviço da imposição ideológica do projeto modernidade/colonialidade. Portanto, é necessário que se coloque ao lado da colonialidade do ser, do saber e do poder, a colonialidade do gênero, porque também este cumpre o mesmo papel das demais formas de colonização.

Mas essas categorias não podem ser pensadas isoladamente. Para María Lugones (2008), a colonialidade do gênero deve ser pensada ao lado da colonialidade do poder. Isso quer dizer que, se existe a colonialidade do poder esta não vem sozinha, mas é composta também com uma dose considerável e implacável de colonialidade do gênero.

Raça, classe e gênero são categorias, e como tais podem reforçar um isolacionismo reflexivo. María Lugones (2008) propõe que haja esforço em compreender essas categorias de modo relacional, de forma que sejam entendidas em conjunto, pois fazem parte do mesmo projeto moderno/colonial. Portanto, Lugones aponta a necessidade de construir uma intersecção entre essas categorias de opressão como única possibilidade de construir um feminismo decolonial.

Para Lugones (2014, p. 935-936) pensar as categorias raça, gênero, sexualidade, classe como atômicas, homogêneas, separáveis, dicotômicas, hierárquicas é um projeto da modernidade e do pensamento capitalista, que objetiva privar de visibilidade alguns pontos que não se enquadram nas apreensões ocidentais. Aqui se remete particularmente às “mulheres de cor”, que, ao não serem consideradas humanas pelo projeto moderno/colonial, são categorizadas isoladamente em detrimento das características humanas que as mulheres europeias teriam.

As dicotomias introduzidas pelo colonialismo foram cruciais para a implantação de seu projeto modernizador/“civilizado”. Além da dicotomia humano/não humano, também foi introduzida a dicotomia homem/mulher, que se tornaram as marcas da intervenção do “humano” nos territórios colonizados (LUGONES, 2014).

O entendimento da opressão a partir de uma compreensão relacional das categorias faz com que seja elaborada uma ruptura com nossa lealdade ao sistema de gênero moderno/colonial. O rompimento e o rechaço dessa lealdade é uma agenda política urgente a ser cumprida (LUGONES, 2008), uma vez que não faz parte de nossa trajetória histórica. Dessa forma, descolonizar o gênero, segundo Lugones (2014), é necessariamente uma práxis, ou seja, uma interrelação da teoria<sup>2</sup> com a prática para buscar construir uma crítica à opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada.

Lugones elabora uma dura crítica a Aníbal Quijano no sentido de que este último concebe a intersecção entre raça e gênero a partir de termos estruturais muito amplos, apontando também que Quijano pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual nas disputas pelo controle do sexo e de seus recursos e produtos. Portanto, María Lugones (2008) entende que Quijano aceita o entendimento capitalista, eurocentrado e global de gênero.

Lugones (2008) permite entender, portanto, que para as mulheres o colonialismo foi duplamente violento, uma vez que, além de representar a inferiorização da raça, também significou a subordinação do gênero, fazendo com que as categorias ocidentais baseadas principalmente no patriarcado fossem repassadas para a compreensão do gênero nas sociedades colonizadas (LUGONES, 2008, p. 88). Isso foi determinante para que houvesse a introjeção do poder adquirido pelo gênero. Ou seja, a partir do colonialismo aprendemos a pensar conforme o colonizador, determinando que o poder fosse definido a partir da diferenciação do gênero e da raça.

A noção de gênero, assim como a de raça, é algo ideologicamente construído com a finalidade de tornar possível a colonização. María Lugones (2008) fala do lado obscuro do sistema de gênero do colonialismo, o qual é extremamente violento, porque agride bruscamente com intenção de emudecer as complexas tramas do gênero que não se enquadram no dimorfismo sexual, impondo o sistema de gênero ocidental heterossexual como medida de controle contra os colonizados através do patriarcalismo.

---

<sup>2</sup> A teoria aqui entendida como decolonial, relacional entre as categorias de opressão, construída de acordo com uma epistemologia que supere as bases eurocêntricas, e calcada em outras formas de elaborar e organizar o conhecimento.

A partir da submissão do gênero e da raça, produziu-se o lugar do vazio teórico, onde estão os “inexistentes”, os invisíveis da história. Esses lugares são as colônias e os atores colonizados, onde as lutas das mulheres que estão nesses espaços não representam importância para o acúmulo das pautas do feminismo hegemônico universal. Este busca responder por todas as mulheres, por todas as suas pautas, que são construídas de acordo com a realidade e o contexto eurocentrado. Mas os efeitos do colonialismo apontam para uma desigualdade abissal entre as mulheres indígenas/negras/pobres/colonizadas com relação às mulheres/brancas/europeias, e essas heranças atravessam séculos (JARDIM e CAVAS, 2017).

Portanto, é necessário que se construam categorias de gênero que consigam superar a dominação colonial e apontem possibilidades de representar as não representadas, as mulheres que não estão nas categorias generalizantes das teorias feministas ocidentais (LUGONES, 2007), e assim constituir o que Lugones também nomeia como “feminismo epistemológico”, ou “feminismo de resistência à dominação” e assim caminhar rumo a “despatriarcalização” do sistema de gênero que nos foi imposto (LUGONES, 2012).

## **5. Conclusões preliminares**

Os estudos decoloniais têm proposto um avanço epistemológico na contramão do que aprendemos a reconhecer como única possibilidade de conhecer e atuar na sociedade. Com a colonialidade do poder, do saber e do ser, que buscam respectivamente estender a dominação baseado na exploração racial do trabalho e de seus recursos e produtos, transforma e mantém invisível e subalterna as demais formas de conhecimento que não se adequam aos esquemas epistemológicos e filosóficos eurocêntricos, e cria uma experiência ontológica, capaz de introjetar nos indivíduos um processo de subalternidade, a experiência dos indivíduos que se encontram na periferia tem se mantido cada vez mais degradante.

Os países colonizados, dominados pela investida colonial europeia, mesmo com a independência e a criação dos Estados-Nação passam a ser denominados “terceiro mundo” ou mesmo “países em desenvolvimento” a partir do pós-guerra. Dessa forma, as estruturas coloniais se mantêm através dessas categorias que foram criadas pelo próprio colonizador para impor as dicotomias hierarquizantes que ainda se sustentam na atualidade. Portanto, o pós-colonialismo não significou a derrocada da opressão em todos os seus aspectos, inclusive da mulher, mas ainda está presente a herança de um passado nos denominados “neocolonialismos”, que ainda persiste em impor as categorias hegemônicas no campo do gênero construídas a partir da perspectiva europeia (JARDIM e CAVAS, 2017).

O feminismo decolonial se propõe como outra possibilidade para pensar os múltiplos recortes que os feminismos apresentam. Porém, além de se insurgir no campo teórico, e para além de se colocar como uma escola de pensamento, a descolonização do gênero propõe também uma intervenção com voz ativa construída coletivamente em situações específicas e diferenciadas (MILLÁN, 2014).

Assim, o chamado feminismo decolonial se situa como uma possibilidade de insurgência na prática, dialogando com realidades invisibilizadas pelas trajetórias históricas a que foram submetidas e propondo a construção de um novo mundo em que possamos entender, respeitar e garantir que as diversas construções do gênero sejam percebidas no campo teórico e político.

### Referências

BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo: A Experiência Vivida. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1998. Antropologias periféricas versus antropologias centrais. Capítulo 6, In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, p.107-133.

CAVIEDES, Mauricio. Antropología apócrifa y movimiento indígena. Algunas dudas sobre el sabor propio de la antropología hecha en Colombia. Revista Colombiana de Antropología. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia – ICANH, Vol. 43, enero-diciembre de 2007, pp. 33-59.

GOMES, Camilla de Magalhães. *Gênero como categoria de análise decolonial*. Revista Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018. Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JARDIM, Gabriel de Sena; CAVAS, Cláudio de São Thiago. *Pós-colonialismo e feminismo decolonial: caminhos para uma compreensão anti-essencialista do mundo*. Ponto e vírgula, PUC-SP – N° 22, segundo semestre, 2017. p. 73-91.

JIMENO, Myriam. Naciocentrismo: tensiones y configuración de estilos en la antropología sociocultural colombiana. Revista Colombiana de Antropología. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia – ICANH, Vol. 43, enero-diciembre de 2007, pp. 9-32.

KROTZ, Esteban. Las antropologías latinoamericanas como segundas: situaciones e retos. II Congreso ecuatoriano de Antropología y Arqueología. Quito- Ecuador, 2006.



LUGONES, María. “Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System”. *Hypatia*, 22(1):186–209, 2007.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. Tabula Rasa. Bogotá – Colômbia, N° 09, p. 73-101, julio-diciembre, 2008.

LUGONES, María. “Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples”. *Pensando los feminismos en Bolivia*: Serie Foros 2. 1ª ed. La Paz, Conexión Fondo de Emancipación, 2012, pp.129-140.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. A vida sexual dos selvagens do noroeste da Melanésia: descrição etnográfica do namoro, do casamento e da vida de família entre os nativos das Ilhas Trobriand (Nova Guiné Britânica). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MILLÁN, Mária (Org.). Más allá del feminismo: caminos para andar. 1ª ed. México: D.F.: Red de Feminismos Decoloniales, 2014.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michele Zimbalist e LAMPHERE, Louise. (org.). A Mulher, a Cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-120.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org). A colonialidade do saber, Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. 2005, pp. 227-278.

RAPPAPORT, Joane. Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración. Revista Colombiana de Antropología. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia – ICANH, Vol. 43, enero-diciembre de 2007, pp.197-229.

RIBEIRO, Gustavo Lins e ESCOBAR, Arturo. Prefacio. Antropologías del Mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder. In: Ribeiro, Gustavo Lins y Arturo Escobar, Antropologías del Mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder. Popayán: The Wenner Green Foundation, CIESAS, Fundación Enviñón, 2008, pp. 11-40.

STRATHERN, Marilyn. O gênero da dádiva: problema om as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Trad. André Villalobos. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

VASCO, Luis Guillermo. Así es mi método en etnografía. Tabula Rasa. Bogotá – Colombia, No 6 :19 -52, enero-junio de 2007.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968.

## Otras antropología y estudios feministas: algunas notas iniciales

### Resumen

El proyecto de ciencia moderna se guía por la neutralidad para la producción de conocimiento. El feminismo occidental como teoría es uno de los aportes que comienza a desafiar esta condición, elaborando un discurso político combinado con el teórico. Así, el presente artículo dialoga con esta comprensión, porque además de epistemológica, la ciencia también es una posición política. Sin embargo, el trabajo también se basa en el entendimiento de que existen otras categorías de análisis que dan cuenta de otras realidades de los feminismos y los estudios de género. Aquí apuntamos a la descolonialidad como una propuesta para cuestionar o superar los límites de los paradigmas epistemológicos occidentales en los que el propio feminismo eurocentrado se ha asentado. De esta forma, el objetivo central del artículo se ancla en la posibilidad de fortalecer un discurso sobre género heterogéneo, periférico, antinormativo, no biologizante, no dicotómico y no esencialista, capaz de confrontar y deconstruir cualificadamente las estructuras normativas imperialistas que se guiaron los estudios occidentales. El artículo se construyó a partir del análisis de parte de la bibliografía disponible en la asignatura “otras antropologías”, tomada en 2018, así como de los debates establecidos con colegas en ese período en el aula.

Palabras claves: Feminismo descolonial; Descolonialidad; Género; Feminismo occidental.

## Autres anthropologies et études féministes: quelques notes initiales

### Résumé

Le projet scientifique moderne est guidé par la neutralité pour la production de connaissances. Le féminisme occidental en tant que théorie est l'une des contributions qui commence à remettre en question cette condition, en élaborant un discours politique combiné au théorique. Ainsi, le présent article dialogue avec cette compréhension, car en plus d'être épistémologique, la science est aussi un positionnement politique. Cependant, le travail est également basé sur la compréhension qu'il existe d'autres catégories d'analyse qui tiennent compte d'autres réalités des féminismes et des études de genre. Nous désignons ici la décolonialité comme une proposition de remise en question ou de dépassement des limites des paradigmes épistémologiques occidentaux dans lesquels le féminisme eurocentré s'est lui-même établi. De cette manière, l'objectif central de l'article est ancré dans la possibilité de renforcer un discours hétérogène, périphérique, anti-normatif, non biologisant, non dichotomique et non essentialiste sur le genre, capable de confronter et de déconstruire de manière qualitative les structures normatives impérialistes en quelles études occidentales ont été guidées. L'article a été construit à partir de l'analyse d'une partie de la bibliographie disponible dans le sujet “Autres Anthropologies”, prise en 2018, ainsi que des débats établis avec des collègues à cette période en classe.

Mots-clés: Féminisme décolonial; Décolonialité; Genre; Féminisme occidental.

## Other anthropology and feminist studies: some initial notes

### Abstract

The modern science project is based on neutrality for the production of knowledge. Western feminism as a theory is one of the contributions that starts to challenge this condition, elaborating a political discourse conjugated with the theoretical one. Thus, the present article dialogues with this understanding, because besides being epistemological science is also a political position. However, work is also carried out under the understanding that there is a possibility of advancing in the categories of analyzes that account for other realities of feminisms and gender studies. Here we point to decoloniality as a proposal of rupture with the Western epistemological paradigms in which Eurocentric feminism itself established itself. In this way, the central objective of the article is anchored in the possibility of strengthening the heterogeneous discourse, peripheral, antinormative, non-biologizing, not dichotomous and not essentialist on the gender, able to confront to deconstruct in a qualified way the imperialist normative structures on which Western studies were based. The article was built from the analysis of part of the bibliography available in the subject “other anthropologies”, taken in 2018, as well as the debates established with colleagues in that period in the classroom.

Keywords: Decolonial Feminism; Decoloniality; Gender; Western feminism.